

SABER, PODER E FAZER NOS TÍTULOS DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DA PUCCAMP

Geraldina Porto WITTER *

Antônio TÉRZIS *

Elaine B. G. do AMARAL **

Jorge A. DARINI ***

Raquel Souza Lobo GUZZO *

Vera Lúcia Adami Raposo do AMARAL *

RESUMO

Foi feita uma análise psicolinguística dos títulos das 94 dissertações de mestrado apresentadas na PUCCAMP (1975 - 1987).

As dissertações foram divididas em três grupos teóricos: comportamental, psicanalítico e outro. Os títulos foram analisados por sua combinação psicolinguística da estrutura: saber-poder fazer e suas combinações. Os títulos no grupo comportamental mostraram uma tendência para o "fazer" como tema dominante; nos outros dois grupos para "poder". Considerados como grupo, os títulos mostraram uma tendência para expressar um equilíbrio nas relações entre "saber - poder - fazer".

INTRODUÇÃO

Sendo a sociedade quem financia e promove a ciência, é de esperar que ela queira, e com razão, exercer algum grau de controle sobre a produção científica. Especialmente no Brasil, onde o financiamento da ciência vem quase que exclusivamente

(*) Profs. da Pós-Graduação em Psicologia - PUCCAMP
 (**) Aluna da Pós-Graduação em Psicologia - PUCCAMP
 (***) Mestrando em Psicologia Clínica - PUCCAMP

do poder público, espera-se que a sociedade como um todo exerça controle sobre o que a ciência está fazendo — isto não é só esperado, como desejado. Realmente, esta seria uma das vias para retorno da pesquisa sob a forma de benefício para a comunidade, implicando uma relação específica entre o cientista e os demais cidadãos (Chavis, Stucky e Wandersman, 1983).

Chagas Filho (1987) acha necessário que exista uma política de orientação na aplicação da ciência e tecnologia para garantir que elas funcionem em benefício da sociedade. Esta política, porém, acrescenta, deve respeitar a qualidade e interesse dos pesquisadores, e resguardar a ciência de base. Coloca a ciência como tendo objetivos e interesses próprios que devem ser respeitados. Teríamos, então, frente a frente, duas entidades diferentes, a política e a ciência, tentando buscar objetivos comuns.

Outra maneira de enfocar a questão é a que postula uma luta entre o poder (político e econômico) e o saber (ciência), e conclui que a relação entre ambos é de dependência do saber e de indiferença do poder em relação a qualquer saber científico. O poder age pela força e preservação; o saber, pelo contrário, supõe critérios estáveis e verificáveis, e tende à forma, à teoria estruturada. Assim, o poder repele a ciência, a menos que por razões meramente políticas uma dada tecnologia esteja de acordo com as conveniências momentâneas de consolidação e/ou ampliação do poder. O poder se interessaria pela ciência e pela tecnologia enquanto representam elas próprias um poder político, e não por serem repositórias de algum saber. Todavia estas relações são muito mais complexas do que esta bipolarização faz supor e não se restringem ao que ocorre no âmbito de um país, nem das ciências com a política, ou mesmo a estrutura sócio-econômica de um país ou dos países em suas múltiplas relações. Basta lembrar que os países que possuem maior volume de certos conhecimentos científicos também acabam tendo maior poder econômico e político no mundo moderno, como bem demonstra Allen (1977).

Além disso, estas relações variam em função das características essenciais de cada ciência ou grupo de ciências. Assim, um grupo de cientistas liderados por Tornatzky (1982), analisando as contribuições das Ciências Sociais, verificou que ela tem sido baixa, mas que variáveis intra e extra ciência

contribuem para isso. O mesmo verifica-se na revisão da aplicação da Psicologia na escola, conforme pode deduzir-se da análise de Witter (1977), ou no desenvolvimento social como viram Alluisi e Meigs (1983).

Para uma compreensão mais explícita do que determinam os padrões de relação da ciência com a sociedade é necessário um conhecimento de como as relações se estruturam em cada área de conhecimento. Dentro da política há também uma modalidade de relações que envolve um poder específico, um fazer e um querer que este último se concretize. Todavia, quando se considera a política enquanto ciência, e não como vivência, estas relações internas são as mesmas de todas as ciências. É a relação entre o saber, o fazer e o poder, intrínseco em todo o conhecimento científico. Elas se desvelam no nível do discurso.

Coloca-se assim uma outra forma de considerar a questão, diferente das preocupações anteriormente referidas, com base na lingüística, enquanto enfoca aspectos intrínsecos do texto, e psicolingüística, enquanto tem por referência as variáveis controladoras do emissor do texto e o próprio texto como controlador, quer do emissor, quer do destinatário ou leitor.

Embora, como lembra Duarte (1988), todo texto seja simultaneamente individual, subjetivo, social, cultural e ideológico, tais atributos não dizem respeito apenas à realidade extra-textual. Cada texto refere-se a uma realidade única e o que é caracterizado como científico tem especificidades típicas quanto à forma e quanto à expressão com que se concretiza a sua significação. Isto permite distingui-lo dos outros universos de discurso, tais como: o literário, o político, o jurídico, o pedagógico, o jornalístico. O estudo destas especificidades permite conhecer mais sobre a própria significação em ciência.

Neste contexto vale retomar Pais (1978, p.40) quando diz que "o discurso científico se define pela modalidade complexa poder fazer saber. Trata-se, como se vê, de discurso que tem por objetivos simultâneos a busca da verdade e a construção do saber. Na medida em que o processo discursivo é dinâmico, a verdade científica será sempre provisória e o saber assim construído, submetido a permanente reelaboração."

O saber científico é construído através de um fazer específico, próprio da ciência (metodologia). Neste sentido, há uma tensão dialética entre saber e fazer.

Por sua vez, o saber confere poder a quem o domina (ou faz crer que o domina) e ele tanto vai influir no fazer como no saber, mantendo com ambos relações dialetais, de influência recíproca. Esquemáticamente estas relações são as que aparecem na Fig. 1.

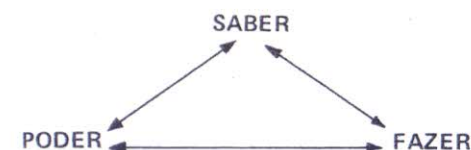


Fig. 1. Relações entre as Dimensões do Discurso Científico.

Essas dimensões devem ser mantidas em equilíbrio para que a ciência efetivamente progrida no sentido da verticalização e da horizontalização.

O saber (conhecimento resultante da elaboração, reelaboração e organização dos dados) gera um poder (de decisão, orientação, direção) que concretiza um fazer (busca de dados, aplicação) o qual reverte em dados para a reelaboração do próprio saber.

Em psicolingüística, saber-poder-fazer são dimensões ou características intrínsecas do discurso, que são distintas dos conceitos populares e comuns em termos de léxico dicionarizado (dicionários comuns). O "saber" convencional só se concretiza se houver o referido equilíbrio em nível de discurso. Quando há predomínio de qualquer característica, corre-se o risco de desequilíbrio, de desenvolvimento desordenado. Por exemplo, se há predomínio do saber, pode surgir o risco de haver um número muito grande de informações, de alto nível, mas sem a necessária articulação que viabiliza o relacionamento entre elas e o redirecionamento e tomada de decisão ou seja, poder, o qual gera a política de crescimento interno de uma área de informação e difere da política científica, externa ao discurso. Conseqüentemente bloqueia-se o fazer ciência (predo-

